

# CORRETORES DE EMENDAS

## Prefeituras contratam empresas de assessores parlamentares para terem recursos liberados

PATRIK CAMPOREZ  
@patrikcampoz

Com um valor recorde em emendas parlamentares nas mãos do Congresso nos últimos anos, prefeitos têm recorrido a consultorias privadas abertas por assessores ou ex-assessores de deputados e de senadores em busca de liberação de recursos. Levantamento do GLOBO com base nos portais de transparência e dos tribunais de contas estaduais identificou dez empresas do tipo, contratadas por 210 municípios diferentes. Os negócios renderam a essas firmas um faturamento de pelo menos R\$ 17,5 milhões desde 2019. O mercado, contudo, pode ser ainda maior, uma vez que nem todos os acordos são incluídos nos sistemas de fiscalização.

O serviço oferecido funciona como o de um corretor, intermediando a negociação do gestor municipal com o congressista. Na prática, a prefeitura paga a funcionários de gabinete da Câmara e do Senado para ajudá-los a receber verbas públicas sob responsabilidade de seus chefes. Procuradas, as duas Casas legislativas informaram que a conduta é vedada por lei e pode resultar em punições.

Uma das empresas mais requisitadas é a Zanotelli e Borges Ltda, que fechou contratos com dez municípios gachos desde 2019, registrados como consultoria para "captação de recursos". A companhia tem como sócio Tiago Zanotelli e sua mulher, Ione Rosa Godoy Zanotelli. Os dois são assessores do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), com salários de R\$ 22,5 mil e R\$ 21,4 mil, respectivamente. Os acordos com as prefeituras, por sua vez, já renderam R\$ 1 milhão à firma do casal.

**'NOSSO PARCEIRO'**  
Entre as cidades que recorreram ao serviço dos funcionários do gabinete está Lagoa Bonita do Sul (RS), de 2,2 mil habitantes e localizada a 230 quilômetros de Porto Alegre. Desde 2021, foram três contratos assinados com a empresa dos Zanotellis, somando R\$ 61,5 mil. O mais recente foi firmado em 25 de janeiro de 2023. Seis meses depois, em 5 de julho do ano passado, o município recebeu R\$ 250 mil enviados por Luis Carlos Heinze via emenda "Pix", modalidade na qual a verba pode ser usada como o prefeito quiser, sem vinculação a uma obra específica. O senador repassou mais R\$ 250 mil em junho deste ano, no mesmo formato.

—A gente não tem os contratos certos em Brasília. Por isso, temos que chegar até eles (assessores). A consultoria consegue recursos e dá andamento aos projetos. Inclusive com o Heinze, que é nosso parceiro — afirmou o prefeito de Lagoa Bonita do Sul, Luizinho do PP, mesmo partido do senador e aliado. Tiago Zanotelli, assessor de Heinze, nega que o envio das emendas estava condicionado à contratação de sua empresa. Ele afirmou que o parlamentar tem conhecimento sobre o serviço prestado aos municípios desde que assumiu o cargo no Senado. —A gente não mistura as coisas — disse Tiago, que no gabinete tem a função de assessor de orçamento, cuidando do valor destinado a cada prefeitura. Sua mulher e sócia, Ione, também foi procurada, mas não respondeu. Heinze nega que sabia da dupla função dos assessores e, após o contato, disse ter pedido aos dois que se afastem da empresa, caso contrário seriam demitidos. O casal trabalha no gabinete desde 2019.



Conflito de interesse. Apesar da prática corrente, Câmara e Senado afirmaram que servidores são proibidos de gerenciar ou administrar empresas

### CORRETAGEM NO CONGRESSO

Como funciona o trabalho das empresas de assessores

**10 empresas** abertas por assessores e ex-assessores parlamentares atuaram para liberar recursos

**210 prefeituras** buscaram essas consultorias

**17,5 milhões** foi o faturamento dessas firmas desde 2019

**ATUAÇÃO MILIONÁRIA**  
O serviço oferecido funciona como o de um corretor, intermediando a negociação do gestor municipal com o congressista.

**COMO FUNCIONA**  
Na prática, a prefeitura paga a funcionários de gabinete da Câmara e do Senado para ajudá-los a receber verbas públicas sob responsabilidade de seus chefes.

**SEM 'CRITÉRIOS OBJETIVOS'**  
Segundo a Câmara, porém, servidores dos gabinetes são proibidos de gerenciar ou administrar empresas enquanto estão no exercício da função. "Além disso, os servidores não devem desempenhar atividades privadas que ensejem conflito de interesse com seu cargo público. A infringência a essas vedações deve ser aferida por meio de processo administrativo", disse a Casa, em nota.

Já o Senado informou que os serviços prestados por assessores podem configurar infração caso eles se valham do cargo público para obter vantagem. "Entretanto, o enquadramento de qualquer situação nesses dispositivos somente ocorrerá após a análise de casos concretos", afirmou.

O advogado Marçal Justen Filho, especialista em direito administrativo, acrescenta que a Constituição proíbe qualquer agente público de atuar em situação que apresente conflito de interesses. Segundo ele, falhas no mecanismo de liberação de emendas contribuem para a situação.

—Se os recursos fossem liberados segundo critérios objetivos, nem se cogitaria a intervenção individual de algum assessor (ou parlamentar).  
Até julho, Campos era assessor do deputado João Carlos Bacelar (PL-BA), com quem disse trabalhar desde 2011. Enquanto batia

procurado pelo tio do deputado, sócio da empresa, que ofereceu o serviço para que ele tivesse acesso a verbas e trânsito por Brasília. — Ele chegou fazendo muita propaganda: "Temos conhecimento em Brasília e contato com vários deputados e senadores" — afirmou Barilli. Covatti Filho diz não ver conflito de interesses: —Só neste ano mandei recursos para mais de cem municípios. Eu não atendo à consultoria, atendo aos prefeitos que são meus aliados. Não vejo problema. Anali, por sua vez, disse já ter deixado "há anos" as funções no gabinete de Covatti

mentar de julho de 2022 a janeiro deste ano, com salário de R\$ 2.211,85. O quadro societário da companhia inclui ainda dois tios do parlamentar. Um dos municípios beneficiados foi Muliterno (RS), que tem 1,7 mil habitantes e fica a 250 quilômetros de Porto Alegre. A prefeitura recebeu dois repasses indicados pelo parlamentar. O maior deles, de R\$ 1,18 milhão, foi feito em junho do ano passado, quando Anali ainda trabalhava no gabinete. Adair Barilli, que era prefeito de Muliterno quando o contrato com a consultoria foi fechado, disse ter sido

procuradas, as duas Casas legislativas informaram que a conduta é vedada por lei e pode resultar em punições.

Procureadas, as duas Casas legislativas informaram que a conduta é vedada por lei e pode resultar em punições.

Procureadas, as duas Casas legislativas informaram que a conduta é vedada por lei e pode resultar em punições.

Procureadas, as duas Casas legislativas informaram que a conduta é vedada por lei e pode resultar em punições.

Procureadas, as duas Casas legislativas informaram que a conduta é vedada por lei e pode resultar em punições.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4